

PEC 241/2016 e o Novo Regime Fiscal do Brasil

Henrique Meirelles
Ministro da Fazenda

agosto de 2016



Ministério da
Fazenda

O Novo Regime Fiscal

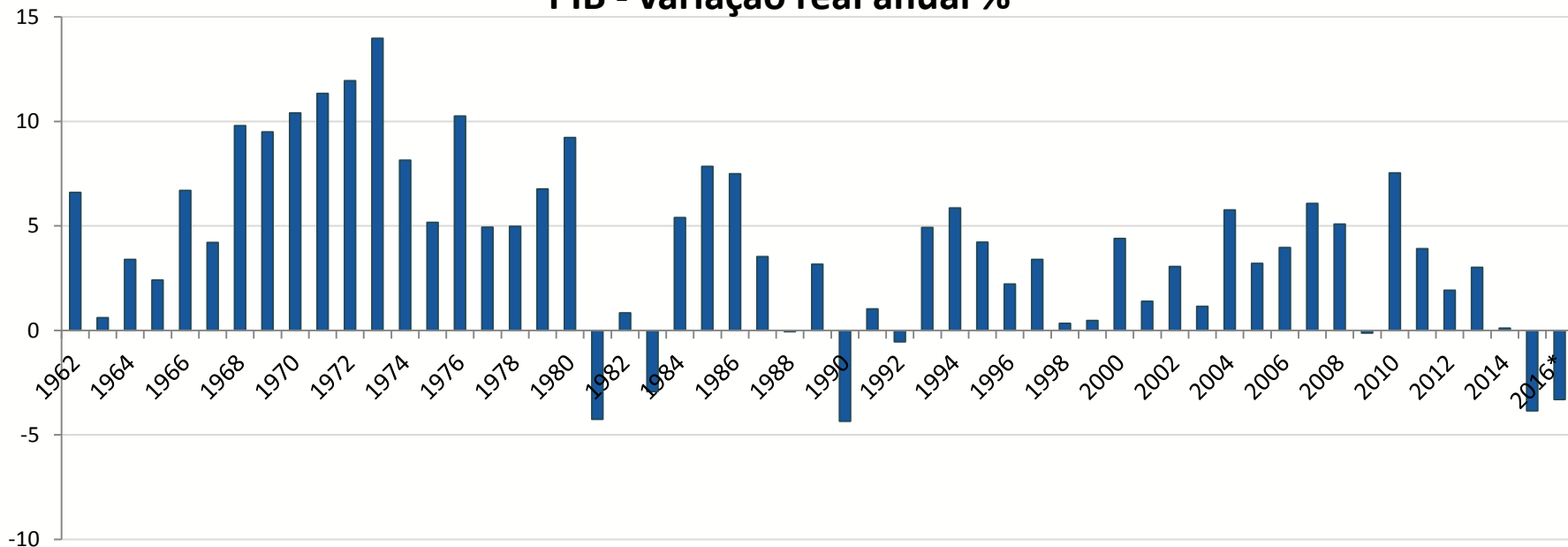
- Expansão dos gastos da União nos próximos 20 anos não pode ser superior à inflação
- Limite individual para: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública
- Isenção para transferências intergovernamentais, Fundeb e despesas inesperadas ou de caráter eventual
- Limite **mínimo** de saúde e educação passa a ser corrigido pela inflação (proteção a estes setores)
- Não há punição ou paralisia dos programas: descumprimento dispara medidas automáticas de controle de despesas no ano seguinte

A Crise Econômica

- O Brasil está em uma crise econômica sem precedentes.
- Solucionar a crise e voltar a crescer é a mais importante **POLÍTICA SOCIAL** que precisamos colocar em prática para recuperar emprego e renda.
- Sem crescimento econômico, a pobreza e a desigualdade vão aumentar e as pessoas não vão melhorar de vida de forma definitiva. Não vão passar para um patamar de bem estar mais alto. O Brasil não será um país desenvolvido e justo.

A maior recessão dos séculos XX e XXI

PIB - variação real anual %

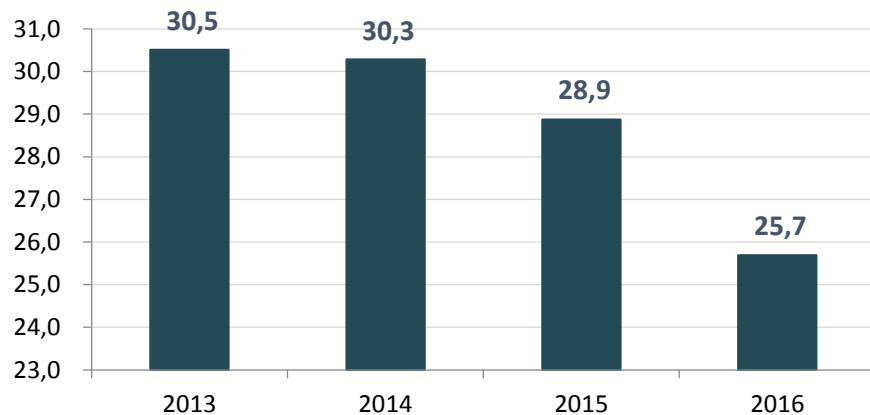


1929-33	-	5,3
1980-83	-	6,3
1989-92	-	3,4
2015-16	-	7,0

Fonte: IBGE

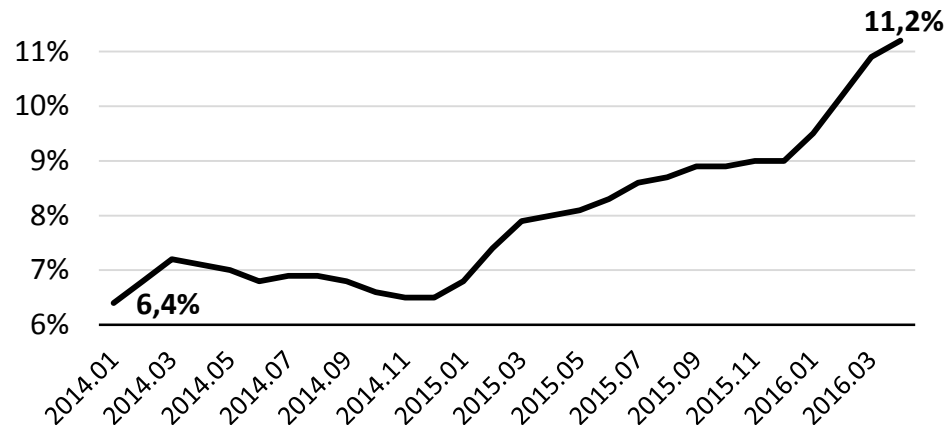
Queda de 16% no PIB *per capita*, desemprego e inflação dobraram

PIB per capita (R\$ mil de 2014)



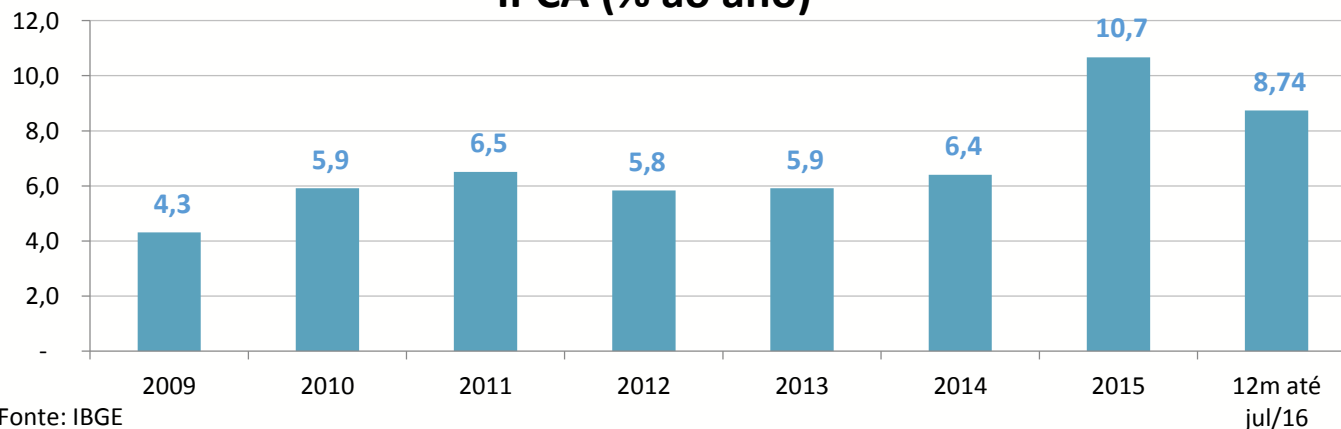
Fonte: LCA-Consultoria
*Estimado

Taxa de desocupação (%)



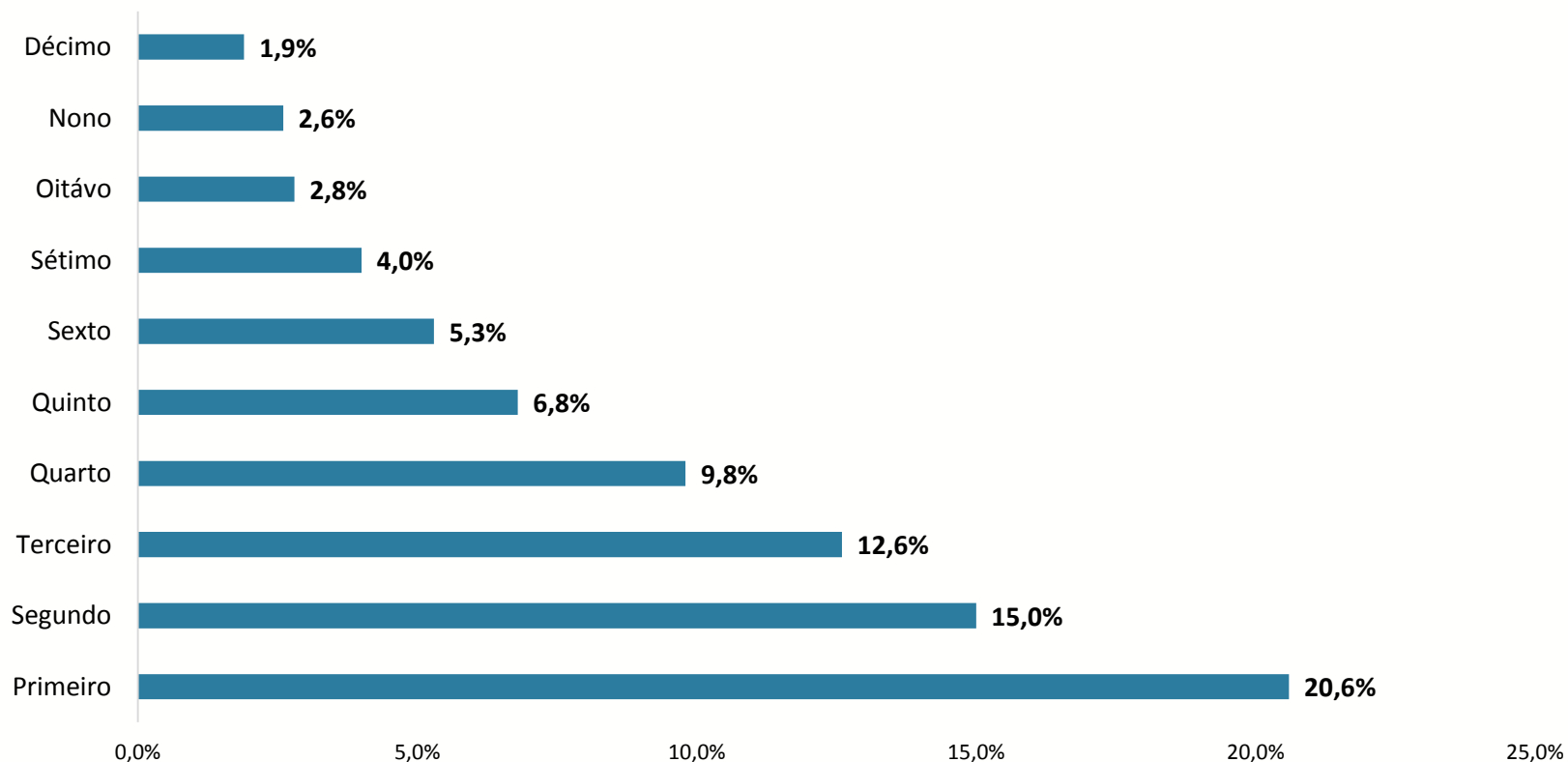
Fonte: PNAD/IBGE

IPCA (% ao ano)



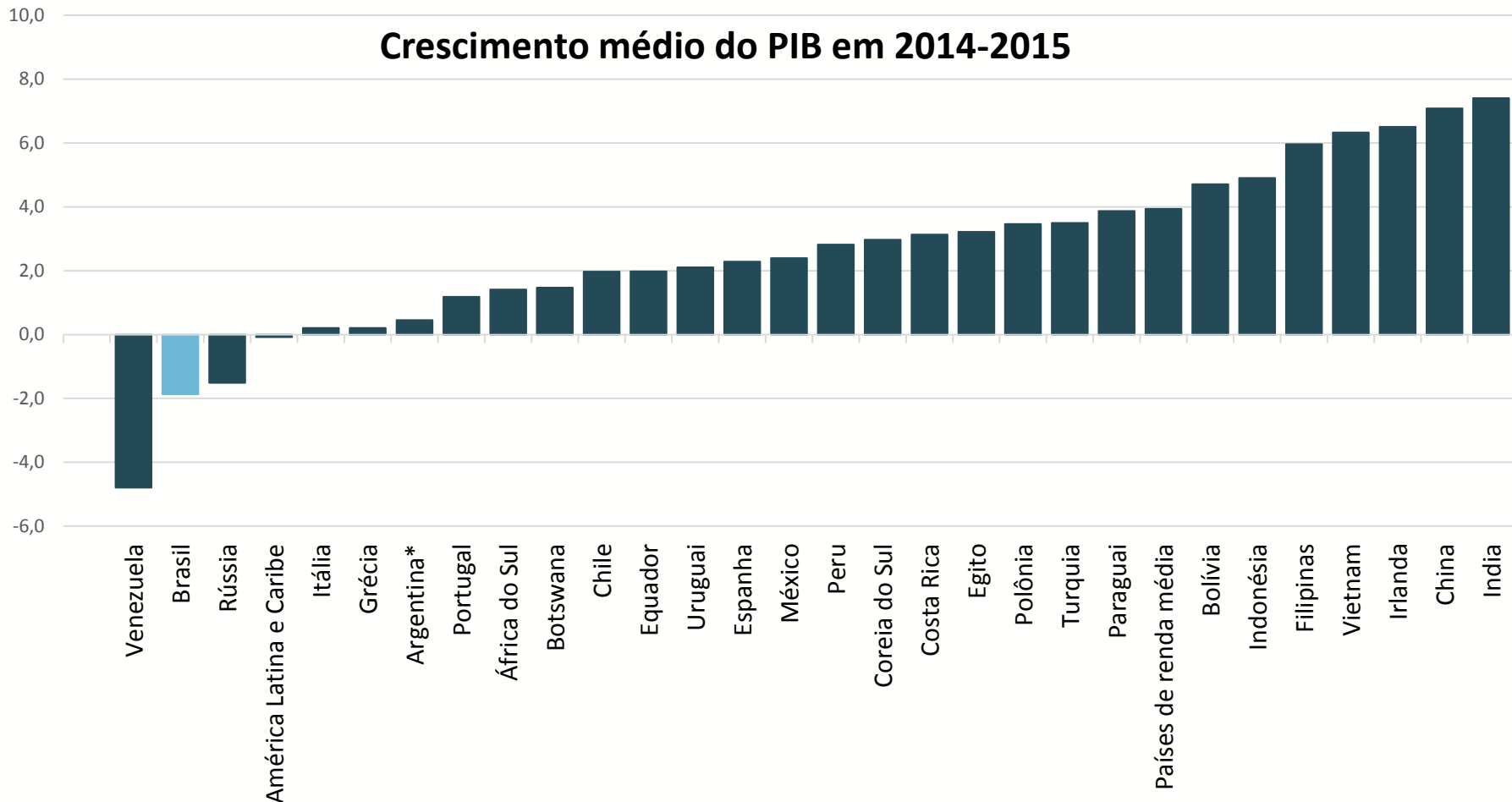
Fonte: IBGE

Os pobres são os maiores prejudicados: taxa de desemprego em cada décimo de renda domiciliar *per capita*, Brasil - 2014



Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: IPEA

A nossa crise decorre de razões domésticas. Não se trata de consequência de uma crise externa.



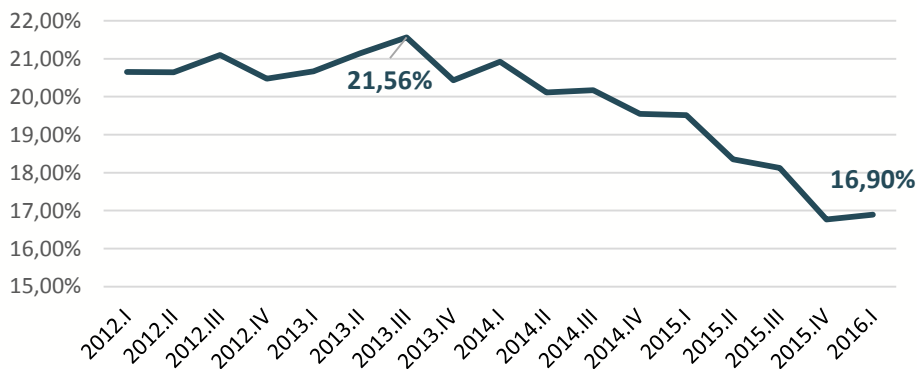
Fonte: Banco Mundial
* Apenas 2014

Razões

- Abandono da prudência fiscal
- Desonerações fiscais seletivas

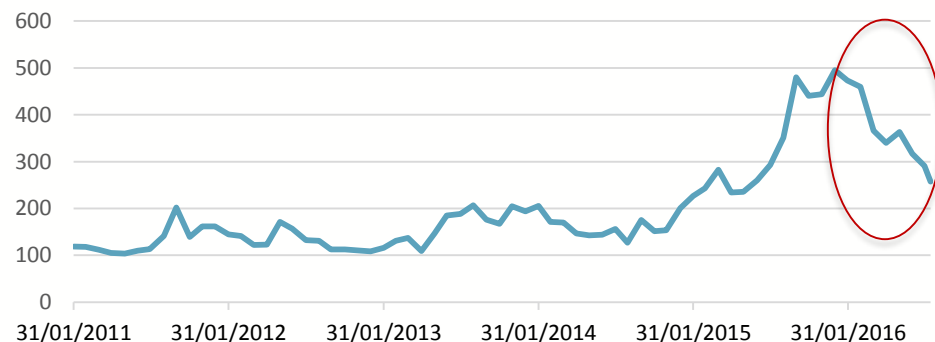
A taxa de investimento e confiança dos empresários desabaram e o risco Brasil disparou - perda do grau de investimento em setembro de 2015

FBCF - % PIB



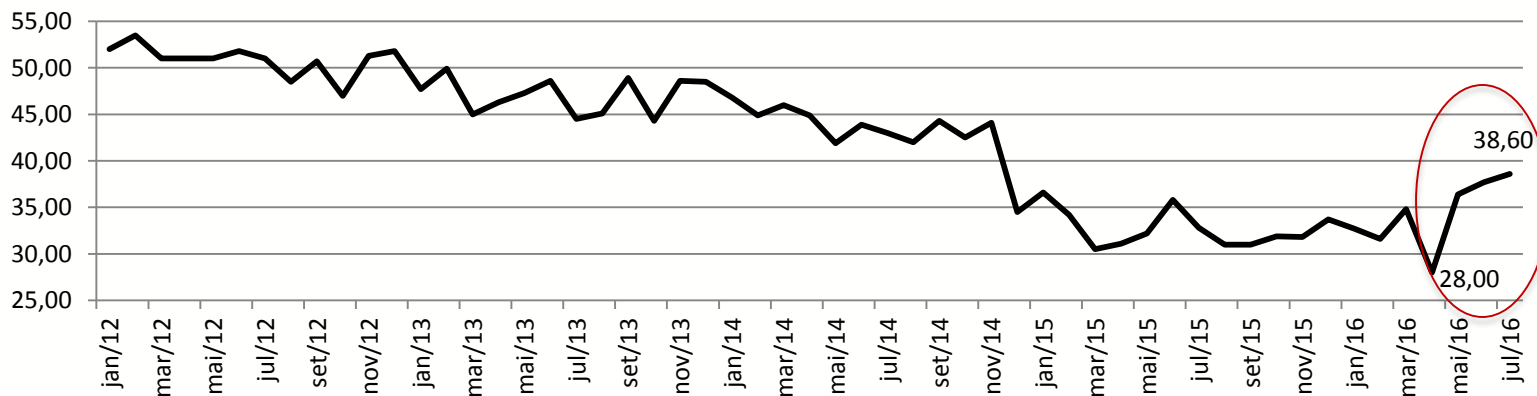
Fonte: Sistema de Contas Nacionais - IBGE

CDS - Brasil



Fonte: Bloomberg

Índice de Confiança do Empresariado Industrial



Fonte: CNI

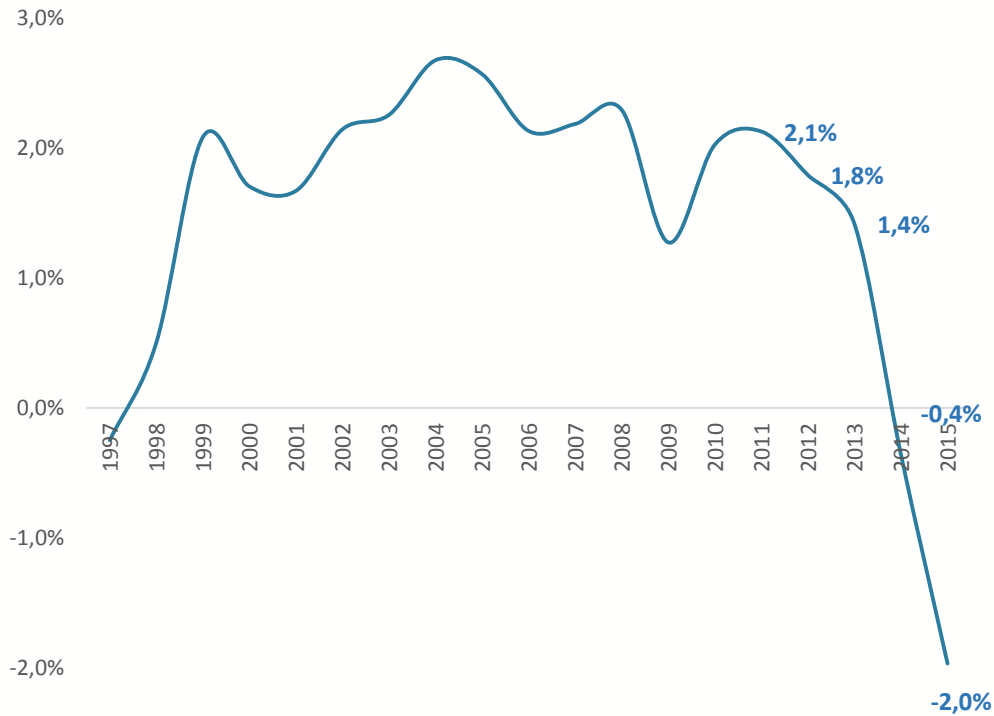
Uma condição necessária para sair da crise é a criação de condições para a retomada do investimento

- Governança de estatais, fundos de pensão e bancos públicos
- Fortalecimento das agências reguladoras
- Concessões de infraestrutura
- Recuperação da confiança na estabilidade da dívida pública
- Redução sustentada da taxa de juros de equilíbrio da economia

A PEC 241/2016 faz parte dessa estratégia

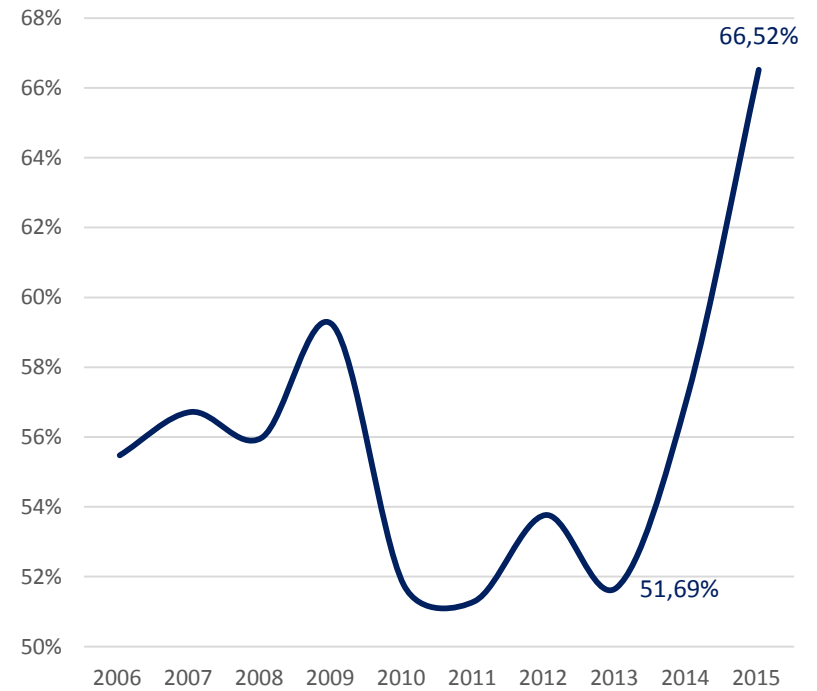
- Recobrar o equilíbrio fiscal com visão de longo prazo
- Criar regras que contenham a pressão por expansão do gasto além da capacidade de pagamento do governo

Resultado primário do Governo Central (% do PIB)



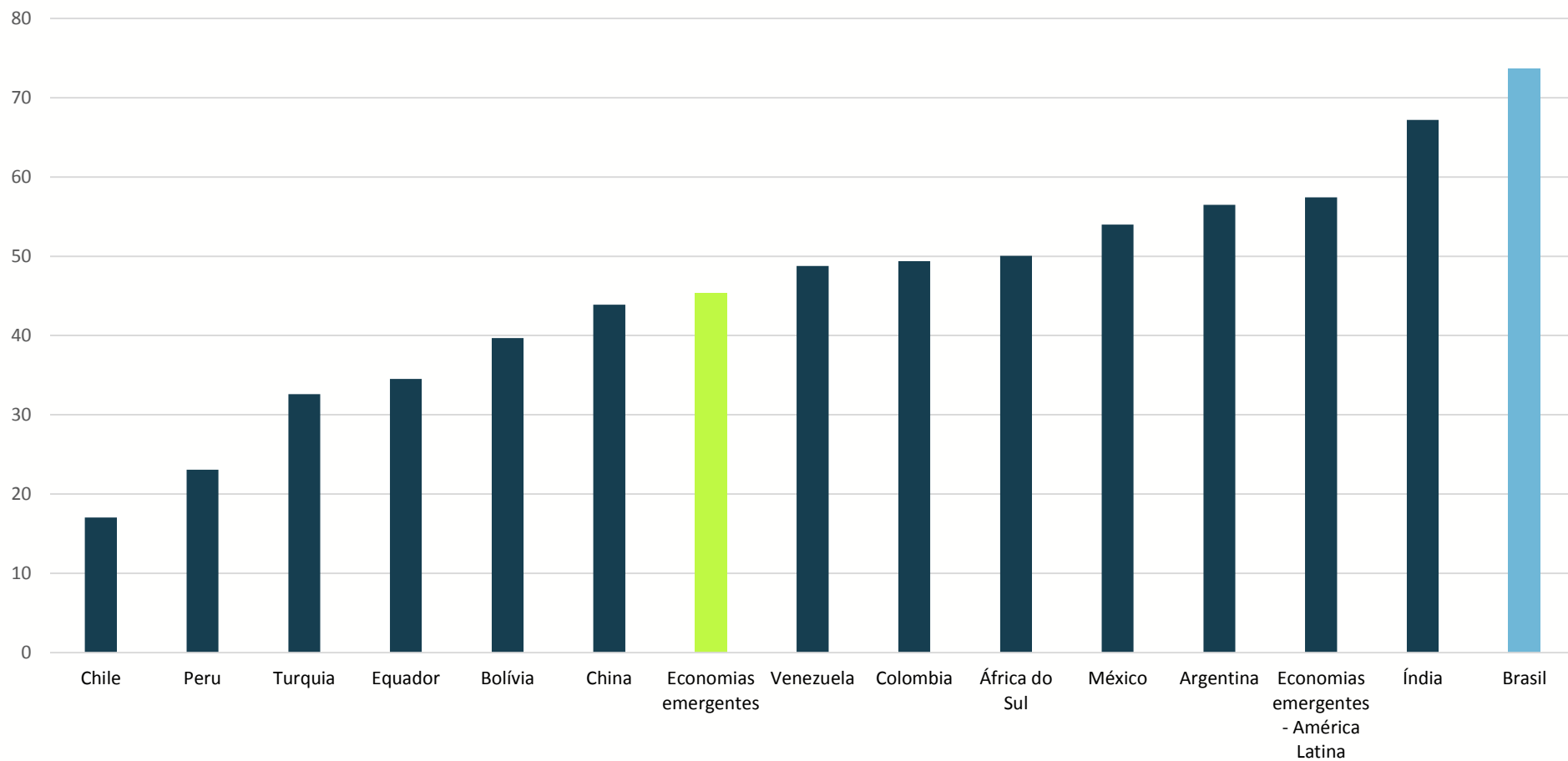
Fonte: STN

Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)



Fonte: Bacen

Dívida Bruta do Governo Geral - 2015 (% do PIB)



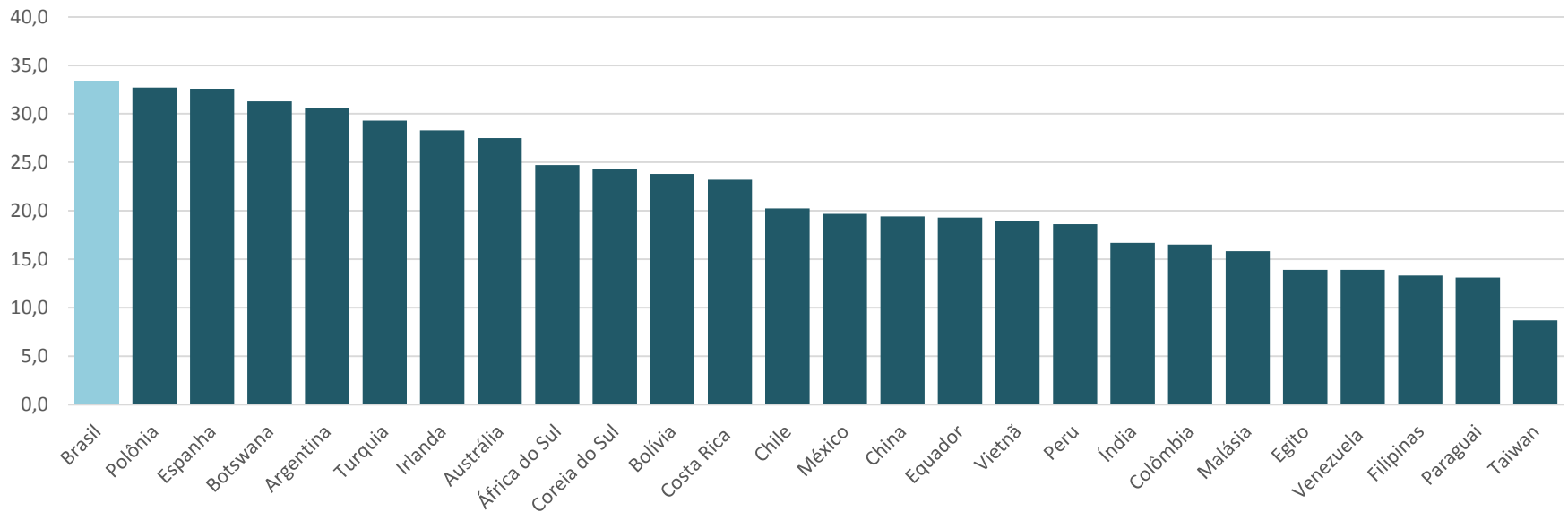
Fonte: FMI – Fiscal Monitor Database

A Dívida Líquida e o seu alto custo

- A Dívida Líquida do Setor Público também vem crescendo fortemente: passou de 33,1% do PIB em 2014 para 42% do PIB em junho de 2016.
- Isso decorre não apenas do crescimento da dívida bruta, mas também do alto custo da dívida líquida, que passou de 19% a.a. em 2014 para 24% a.a. em 2016.
- A dívida líquida é calculada deduzindo-se da dívida bruta os créditos do Governo, principalmente as reservas internacionais e os créditos junto ao BNDES. Como esses créditos têm remuneração menor que as taxas de mercado, o Governo acaba pagando pelos seus débitos um custo maior do que recebe pelos seus créditos. O resultado é uma taxa final para a dívida líquida muito elevada.

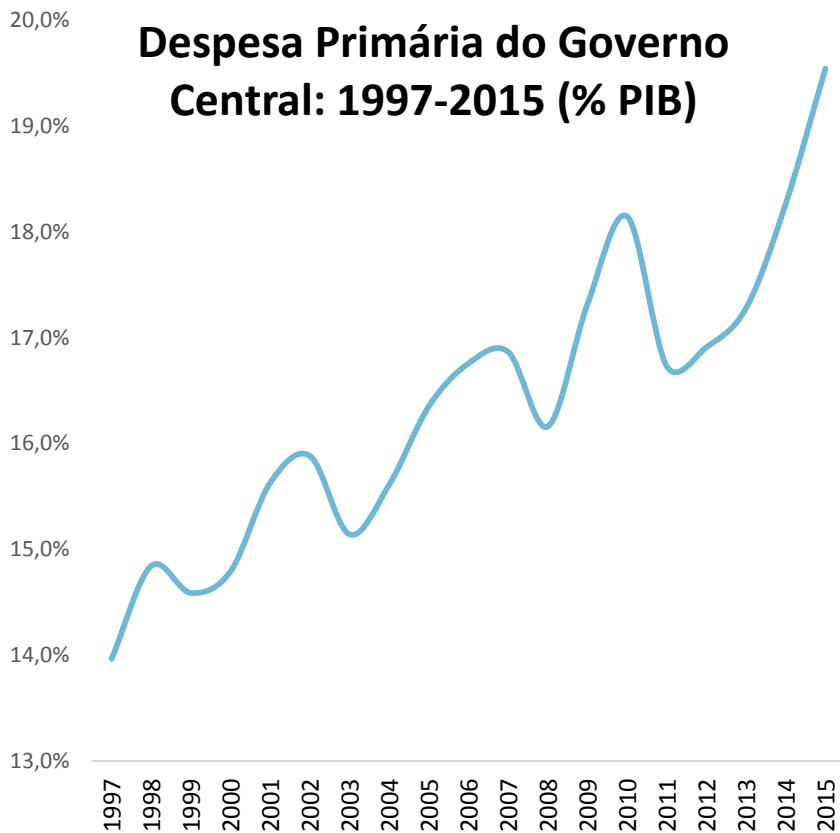
Não podemos resolver o problema do déficit e da dívida por meio de aumento de impostos, porque a nossa carga tributária já está entre as mais altas do mundo.

Carga tributária (% do PIB)



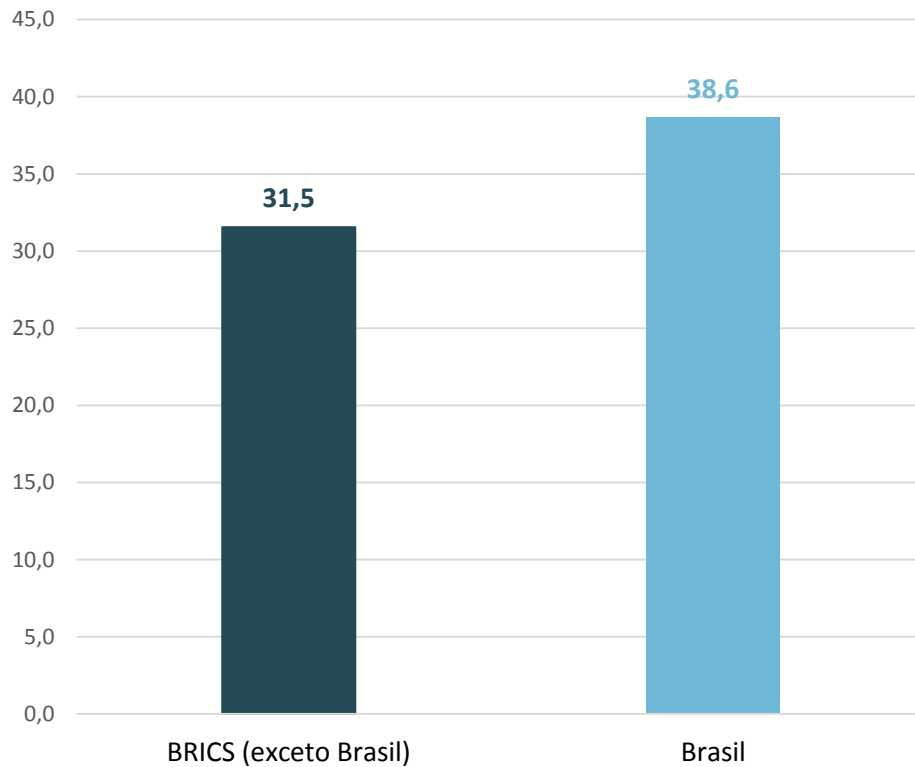
Fonte: Heritage Foundation

Despesa Primária do Governo Central: 1997-2015 (% PIB)



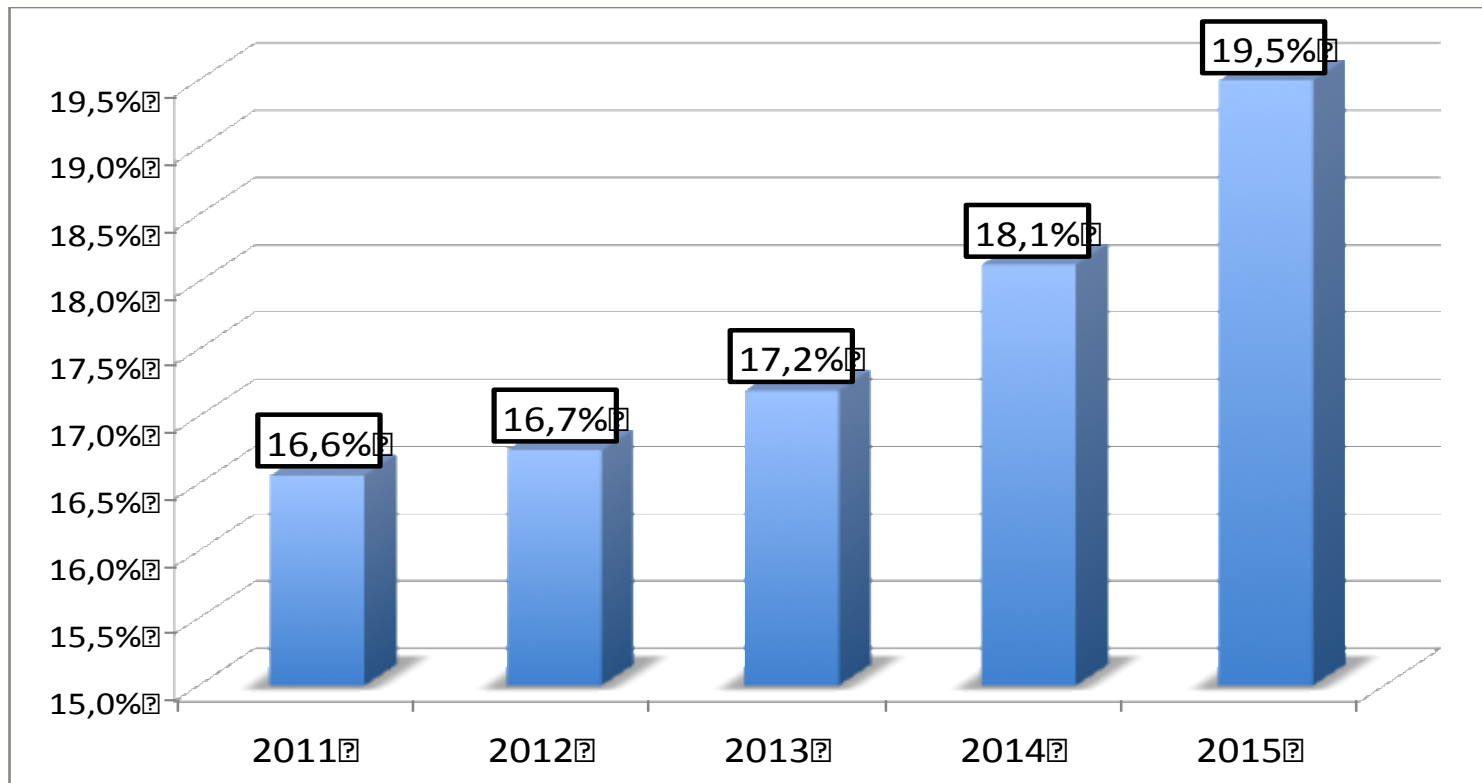
Fonte: STN

Gasto público (% do PIB) - 2015



Fonte: Heritage Foundation

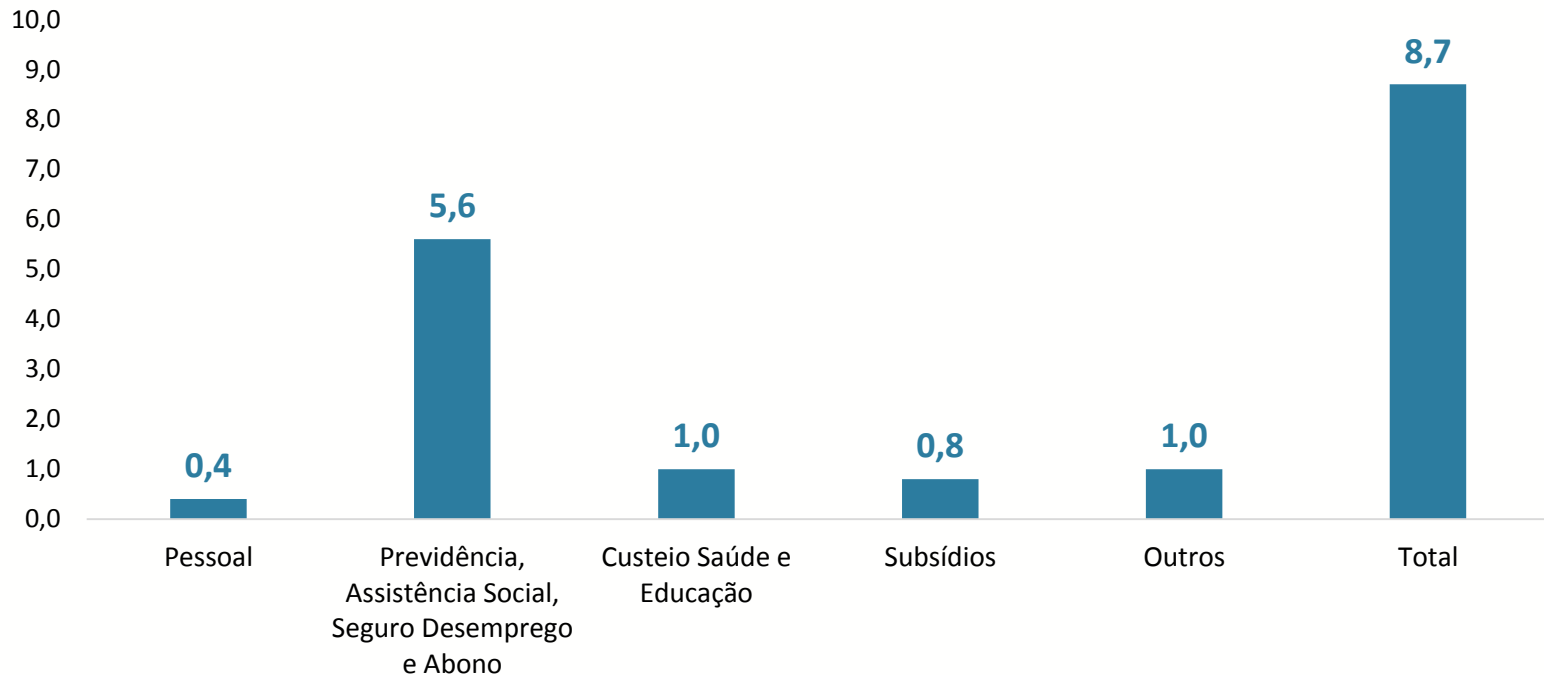
Despesa primária do Governo Central : 2011-2015 (% do PIB)



Crescimento da Despesa Primária do Governo Central 1991 a 2015

- De 1991 a 2015, a despesa primária do governo central passou de 10,8% para 19,5% do PIB = crescimento de 8,7 pontos de percentagem do PIB.
- Desde o início da década de 1990, nenhum governante conseguiu reduzir a despesa primária do governo central como porcentagem do PIB.
- Há portanto, um desequilíbrio estrutural das contas públicas no Brasil, que foi agravado no período recente pela recessão e crescimento conjuntural do gasto público nos últimos anos.

Crescimento da Despesa Primária em Pontos de Porcentagem do PIB de 1991 a 2015



Fonte: SIAFI

- O desequilíbrio fiscal atual é forte.
- Precisamos de ajuste gradual, porém persistente e crível.
- Essa é a ideia básica da PEC: o gasto crescerá no máximo pela variação da inflação por 10 anos, e o Congresso definirá os 10 anos seguintes.

Como o reequilíbrio das contas ajudará na retomada do crescimento econômico:

- Aumento da confiança
- Retomada do investimento privado
- Crescimento econômico
- Emprego e renda
- Mais recursos disponíveis para investimento e consumo
- Queda de juros estrutural

Como o reequilíbrio das contas ajudará na retomada do crescimento econômico: o esgotamento do estímulo fiscal ao crescimento

A experiência internacional mostra que o impacto dos gastos públicos na atividade econômica, no longo prazo:

- **É fortemente negativo em países com dívida pública superior a 60% do PIB** (quando a dívida é alta, aumentos nos gastos públicos sinalizam uma crise de pagamento da dívida e um provável ajuste abrupto, com forte elevação de tributos, não pagamento de despesas essenciais, desorganização do setor público – isso afeta as expectativas dos agentes econômicos, que se retraem e não investem e/ou retiram seu capital do país.)

Como fazer um ajuste bem sucedido?

A experiência internacional mostra que um ajuste das contas públicas bem sucedido e com impacto positivo sobre o crescimento de longo prazo é aquele que:

- Coloca ênfase na contenção da despesa.
- Tem longa duração e enfoque de longo prazo, em vez de constituído por medidas pontuais de ajuste, passíveis de reversão
- Anúncio antecipado e persistência na obtenção dos resultados ano a ano

Em ajustes dessa natureza, a **confiança das empresas e dos consumidores** reage fortemente, permitindo a recuperação do investimento e do crescimento. Os investimentos crescem e impulsionam a economia.

Como fazer um ajuste bem sucedido?

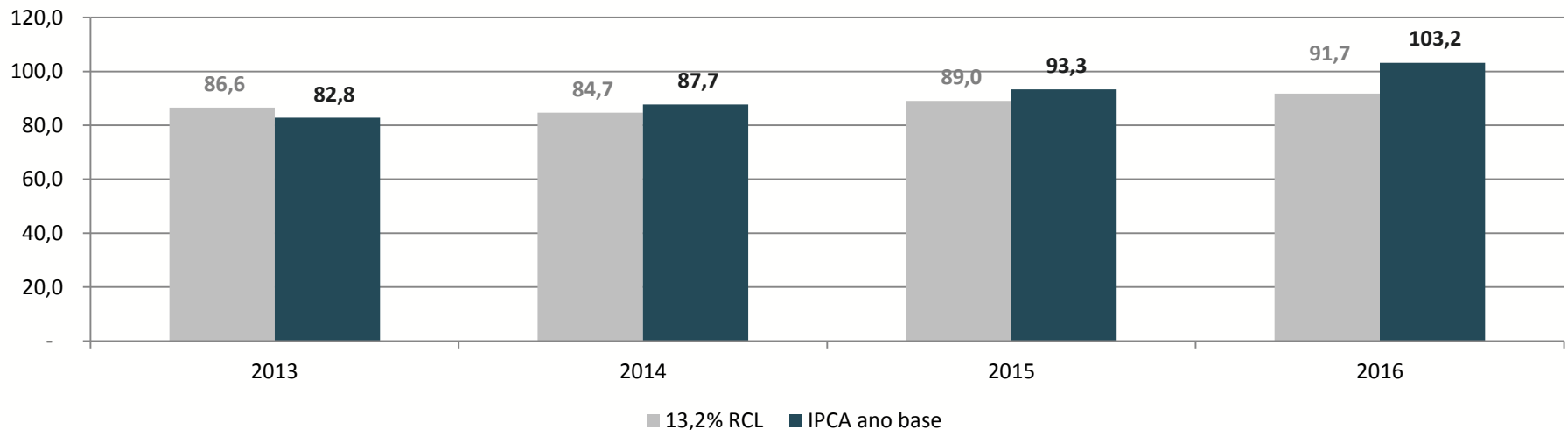
Estudo recente do Banco Mundial conclui que:

- Regras de controle de despesa estimulam um melhor padrão de gastos, especialmente se acompanhadas de melhoria na gestão das finanças públicas.
- Limites para a despesa funcionam melhor que metas de superávit fiscal, particularmente se estiverem claramente definidas na legislação.
- Países que adotam ou adotaram, em período recente, tetos para a despesa pública: Argentina, Austrália, Botsuana, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Dinamarca, Finlândia, França, Hungria, Islândia, Japão, Kosovo, Luxemburgo, Mongólia, Namíbia, Países Baixos, Peru, Polônia, Rússia, Espanha, Suécia e Estados Unidos.

Gasto mínimo com saúde e educação

- A vinculação da despesa à receita é ineficiente
- A vinculação da despesa à receita nem sempre gera um limite mais alto
- A regra atual não protege os setores em momentos de crise

Limite mínimo do gasto em saúde pelos critérios de PIB, RCL e IPCA (R\$ bilhões de 2016)



Fontes: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (STN), vários números, IPEADATA.

Nota: 2016 com base na estimativa da RCL do ano feita no RREO de maio, e nas expectativas de inflação e crescimento registrados no Boletim Focus.

A PEC e os gastos em saúde e educação

- A PEC só altera a fórmula de cálculo do limite mínimo de gastos.
Não obriga qualquer redução de gastos.
- Em ambos os setores o gasto está bastante acima do mínimo, e não será cortado abruptamente.

Obrigado